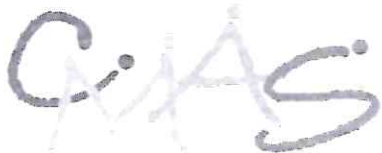




Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

1 **SESSÃO Nº 359 – PLENÁRIA ORDINÁRIA DO CMAS - Ata nº 359**

2 **Dia:** 13/05/2026 **Horário:** 08:15h **Local:** Casa dos Conselhos. **Conselheiros Presentes:** Rafaella da Silva
3 Peres – Procuradoria Geral do Município – PROGEM; Marjorie Wolff - Secretaria Municipal da Educação;
4 Simone Aparecida Silva dos Santos - Secretaria Municipal da Saúde; Paola Amélia Adami - Secretaria
5 Municipal de Assistência Social; José Amarildo Farias - Secretaria Municipal de Assistência Social; Fabiane
6 Nunes - Secretaria Municipal de Políticas para a Mulher e para o Idoso; Sabrina Helena Boell Varela -
7 Secretaria Municipal de Serviços Públicos; Analeia Terezinha Levitte - Secretaria Municipal do
8 Planejamento e Mobilidade Urbana; Edna Micheli Padilha Antunes - Associação de Pais e Amigos dos
9 Excepcionais – APAE; Vanilda Antunes Correa - Associação Serrana dos Deficientes Físicos – ASDF; Luíz
10 Carlos Pflieger - Associação Lageana de Assistência ao Menor- ALAM; Camila Chaves de Freitas - Cáritas
11 Diocesana de Lages; Marciano Luiz Corrêa - Instituto Paternidade Responsável; Huan Ícaro Piran - Fórum
12 Municipal de Trabalhadores do SUAS – FMTSUAS; Luis Felipe Stancke - Fórum Municipal de Trabalhadores
13 do SUAS – FMTSUAS; Maria Auxiliadora Guedes - Fórum Municipal dos Usuários do Sistema Único de
14 Assistência Social – FMUSUAS. **Ouvintes:** Não Houve. **Justificativa de Ausência:** Fabio Garzarella -
15 Secretaria Municipal da Administração; Karimi Perpétua de Abreu Haidar - Associação de Pais e Amigos
16 de Surdos – APAS; Rosane Ana Longhi - Associação de Pais e Amigos de Surdos – APAS. **Pauta:** 1. Abertura;
17 2. Aprovação da Pauta; 3. Aprovação das Atas nº 354, nº 355 e nº 356; 4. Correspondências Expedidas e
18 Recebidas; 5. Trabalho das Comissões; 6. Apresentação e apreciação do Conselho, do Plano Municipal
19 Decenal Socioeducativo 2025/2035; 7. Agenda Livre. **Desenvolvimento do Trabalho:** Aos treze dias do
20 mês de maio de dois mil e vinte e seis, com início às oito horas e quinze minutos, de forma presencial,
21 realizou-se a reunião da Plenária Ordinária do Conselho Municipal de Assistência Social. O Presidente
22 Amarildo fez a abertura da reunião, saudando os Conselheiros, Conselheiras e demais presentes, dando
23 boas-vindas a todos. Dando prosseguimento aos trabalhos da sessão plenária, iniciou-se a apreciação das
24 atas pendentes de aprovação. A Secretária Executiva esclareceu aos conselheiros que havia incluído na
25 convocação as Atas nº 354, 355 e 356, tendo em vista a intenção de concluir a apreciação de todas elas.
26 Na sequência, iniciou-se a leitura da Ata nº 356, referente à Sessão Plenária Ordinária realizada em 08 de
27 abril de 2026. Concluída a leitura da ata, a Secretária Executiva informou que as Atas nº 354 e 355 haviam
28 sido encaminhadas previamente aos conselheiros por meio do grupo institucional, comprometendo-se a
29 encaminhar a Ata nº 356 antes da próxima plenária para conclusão da apreciação. O Presidente Amarildo
30 colocou as **atas disponíveis em votação, sendo aprovadas por unanimidade pelos conselheiros**
31 **presentes**. Na sequência passou-se ao expediente das correspondências expedidas. A Secretária Executiva
32 apresentou os ofícios emitidos pelo Conselho, dentre eles declarações encaminhadas ao CNEAS para
33 atualização cadastral de entidades junto ao Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social; ofícios
34 relacionados à convocação de reuniões extraordinárias, ordinárias e das comissões permanentes;
35 solicitações de documentos referentes às prestações de contas; pedidos de dilação de prazo para resposta
36 ao Ministério Público; além de declarações destinadas às instituições Lar Menino Deus e Lar Vicentino.
37 Informou ainda que o Ofício nº 025, encaminhado ao FEPES, ainda não havia recebido resposta oficial
38 acerca dos convênios, existindo apenas informações extraoficiais sobre eventual aprovação de emendas
39 ministeriais. Diante disso, o Presidente Amarildo e o conselheiro Huan defenderam o encaminhamento
40 de novo expediente reiterando a solicitação anteriormente formulada, deliberação acolhida pelo
41 plenário. Em seguida foram apresentadas as correspondências recebidas, dentre elas o planejamento
42 anual de atividades do Lar Vicentino, indicação de conselheira suplente pela Secretaria Municipal de
43 Serviços Públicos, ofícios da Controladoria relacionados à prestação de contas do exercício de 2025,
44 solicitação do Ministério Público acerca do Serviço de Família Acolhedora e Guarda Subsidiada,
45 comunicação do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social referente aos prazos da prestação de
46 contas do exercício de 2020, além da notificação expedida pelo Ministério Público do Trabalho para
47 participação em audiência telepresencial relativa ao Projeto Nacional de Inclusão Socioprodutiva dos
48 Catadores de Materiais Recicláveis. A Secretária Executiva informou que o Conselho havia recebido
49 questionário contendo diversos levantamentos acerca das famílias de catadores existentes no município,
50 número de famílias atendidas, situação socioeconômica, trabalho infantil, planejamento das ações e



Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

51 existência de políticas públicas relacionadas ao tema. Esclareceu que outras diretorias municipais também
52 receberam o mesmo questionário. A Conselheira Paola confirmou o recebimento da documentação por
53 outras diretorias. A Conselheira Rafaella relatou dificuldades para acesso a determinados processos
54 relacionados ao tema. O Presidente Amarildo destacou a necessidade de definição de representantes para
55 participação na audiência telepresencial. A Secretária Executiva informou que poderia não conseguir
56 participar da audiência em razão de exame médico previamente agendado, sugerindo que a
57 representação fosse realizada pela Mesa Diretora, permanecendo deliberado que os representantes
58 participariam presencialmente na sede do Conselho, conforme disponibilidade dos membros.
59 Prosseguindo com os trabalhos, foram apresentados os pareceres das comissões permanentes,
60 especialmente da Comissão de Estudos, Justiça e Pesquisa, que analisou ofícios relativos aos educadores
61 físicos, pedidos de informações sobre utilização da Praça do CEU e acessibilidade dos usuários, bem como
62 relatórios institucionais contendo número de atendimentos, constatando necessidade de maior
63 detalhamento acerca das violações registradas. A comissão deliberou pelo encaminhamento de novo
64 ofício ao CMDCA solicitando esclarecimentos quanto ao detalhamento das informações constantes do
65 Sistema SIPIA. Também foram analisados o Plano de Ação e Relatório de Atividades do Lar Vicentino,
66 oportunidade em que a comissão manifestou preocupação com a elevada capacidade de atendimento
67 em comparação ao número reduzido de profissionais da equipe técnica, especialmente psicólogos. Foram
68 solicitadas informações complementares acerca dos critérios de acolhimento institucional, número de
69 vagas destinadas à assistência social, valor per capita por usuário, adequação da infraestrutura física da
70 instituição e garantia de acesso dos idosos aos serviços especializados do Sistema Único de Saúde,
71 incluindo exames e medicamentos de alto custo. Por fim, registrou-se que a **Comissão de Estudos**
72 **aprovou o Plano Municipal Decenal Socioeducativo, submetendo-o ao plenário, onde foi igualmente**
73 **aprovado pelos conselheiros.** Na sequência, a Comissão de Acompanhamento, Monitoramento e
74 Avaliação apresentou seu planejamento anual para 2026, incluindo o cronograma de visitas técnicas às
75 unidades socioassistenciais do município entre os meses de maio e dezembro, contemplando 
76 equipamentos como Lar Menino Deus, Lar Vicentino, CREAS, Centro POP, SAICA, CRAS, Fundação Carlos
77 Jofre e demais instituições previstas no planejamento. Após a apresentação, o Presidente Amarildo
78 colocou os trabalhos das comissões em votação, sendo **aprovados por unanimidade.** Dando continuidade
79 à pauta referente ao atendimento à população em situação de rua, a Secretária Municipal de Assistência
80 Social, senhora Inês, prosseguiu prestando esclarecimentos aos conselheiros acerca das ações que vêm
81 sendo desenvolvidas pelo Município, destacando que a política pública de assistência social não se resume
82 às ações que, por vezes, são divulgadas pela mídia ou percebidas pela população. Ressaltou que as
83 equipes do Centro POP, da Unidade de Acolhimento, do Serviço Especializado em Abordagem Social e dos
84 demais equipamentos da rede vêm realizando um trabalho permanente e intensivo de busca ativa,
85 acompanhamento e localização de familiares das pessoas em situação de rua, buscando construir
86 alternativas efetivas para a reinserção familiar e social. Explicou que o objetivo principal das intervenções
87 não é apenas ofertar acolhimento temporário, mas possibilitar o retorno dessas pessoas ao convívio
88 familiar sempre que houver condições favoráveis e segurança para isso, afirmando que os resultados
89 obtidos até o momento são positivos e que os indicadores concretos poderão ser avaliados à medida que
90 os usuários concluírem os tratamentos e retornarem às suas localidades de origem ou às suas famílias. A
91 Secretária destacou que a atual gestão municipal possui um olhar humanizado para a política destinada
92 às pessoas em situação de rua, enfatizando que a Prefeita Municipal compreende que o tratamento da
93 dependência química, dos transtornos mentais e das vulnerabilidades sociais constitui o caminho mais
94 adequado para enfrentar a problemática, afastando qualquer concepção pautada em medidas punitivas
95 ou de exclusão social. Na oportunidade, informou que recentemente diversos servidores municipais
96 participaram de curso intensivo promovido pela Escola de Governo de Santa Catarina, voltado
97 especificamente ao atendimento da população em situação de rua, acrescentando que, nos próximos
98 dias, o Município receberia uma equipe técnica do Governo do Estado para desenvolver um projeto piloto
99 em Lages, envolvendo ações integradas entre Assistência Social e Saúde. Ressaltou que a iniciativa
100 representa um avanço significativo na consolidação da política pública municipal, uma vez que

101 historicamente as duas políticas atuavam de maneira pouco articulada, situação que vem sendo
102 modificada pela atual gestão. Enfatizou que a população em situação de rua não pertence exclusivamente
103 à política de assistência social, mas constitui responsabilidade compartilhada de todo o Município e de
104 toda a rede de proteção, razão pela qual saúde, assistência social, segurança pública e demais políticas
105 públicas devem atuar conjuntamente, garantindo atendimento integral aos usuários. A Secretária
106 apresentou ainda informações acerca da implantação do Cadastro Nacional Unificado da População em
107 Situação de Rua, explicando que o novo sistema permitirá acesso ao histórico completo dos usuários em
108 âmbito nacional, reunindo informações relativas aos atendimentos realizados pelas políticas públicas,
109 dados pessoais, vínculos familiares, documentos, histórico de saúde, tratamentos realizados, municípios
110 de origem e demais informações relevantes. Informou que o Município de Lages será contemplado com
111 projeto piloto desenvolvido pelo Governo do Estado, atualmente em funcionamento apenas na Capital,
112 ressaltando que a ferramenta contribuirá significativamente para a organização da política pública e para
113 o acompanhamento dos usuários. Durante sua fala, destacou que diversas ações vêm sendo
114 desenvolvidas silenciosamente pela equipe técnica e que muitas vezes não chegam ao conhecimento da
115 população, motivo pelo qual refutou críticas de que a Assistência Social estaria omissa diante da
116 problemática. Ressaltou que as equipes trabalham diariamente na construção de alternativas concretas
117 para enfrentamento da situação. Na sequência, foi destacado o importante trabalho desenvolvido em
118 parceria com os Centros de Atenção Psicossocial – CAPS AD e CAPS II, responsáveis pela avaliação clínica,
119 acompanhamento psiquiátrico, tratamento da dependência química e demais atendimentos em saúde
120 mental. Foi esclarecido que nenhum encaminhamento para acolhimento ou tratamento é realizado sem
121 avaliação prévia dos profissionais dos CAPS, os quais definem as necessidades terapêuticas de cada
122 usuário. A Secretária relatou que um dos maiores desafios enfrentados atualmente decorre de ações
123 externas que acabam dificultando o trabalho desenvolvido pela rede. Como exemplo, mencionou episódio
124 envolvendo um empresário do município que, motivado por questões pessoais e religiosas, distribui
125 semanalmente quantias para pessoas em situação de rua. Explicou que, em determinada ocasião, diversos
126 usuários concentraram-se em um único local aguardando a distribuição desses valores, fato que gerou
127 repercussão nas redes sociais e interpretações equivocadas de que o Poder Público estaria sendo omissa.
128 Ressaltou que, embora respeite a motivação pessoal do empresário, entende que a entrega direta de
129 dinheiro acaba fortalecendo a permanência das pessoas nas ruas e dificultando o processo de reinserção
130 social, considerando mais adequado que eventuais ações solidárias sejam realizadas por intermédio da
131 rede socioassistencial. A Secretária esclareceu ainda que atualmente as pessoas acolhidas possuem
132 acesso à alimentação, abrigo e acompanhamento técnico, motivo pelo qual as equipes concentram
133 esforços na sensibilização para adesão aos tratamentos e à reconstrução dos vínculos familiares. Diversos
134 conselheiros manifestaram-se reconhecendo a importância dos esclarecimentos apresentados,
135 afirmando que tais informações permitem combater interpretações equivocadas existentes na
136 comunidade acerca da atuação da Assistência Social. Destacaram que frequentemente são questionados
137 pela população e que o conhecimento detalhado das ações desenvolvidas fortalece a atuação do próprio
138 Conselho enquanto órgão de controle social. Na sequência, uma conselheira relatou experiência pessoal
139 envolvendo familiar que necessitou de atendimento junto ao CAPS, afirmando que, na ocasião, encontrou
140 dificuldades para obter informações na Unidade Básica de Saúde sobre os procedimentos necessários. Em
141 resposta, representante da Secretaria Municipal da Saúde esclareceu que os CAPS funcionam em regime
142 de porta aberta, sendo referência para atendimento imediato das situações relacionadas à saúde mental
143 e dependência química. Explicou que gestores das unidades recebem capacitações periódicas, reuniões
144 técnicas e orientações constantes, reconhecendo, entretanto, que podem ocorrer falhas na comunicação
145 interna ou no repasse das informações às equipes. Durante o debate, o conselheiro Huan relatou
146 situações observadas no cotidiano em que pessoas em situação de rua necessitaram de atendimento
147 médico emergencial e, segundo informações recebidas, encontraram resistência em algumas unidades de
148 saúde. Ressaltou que, diante de uma dessas situações, registrou formalmente denúncia por entender que
149 a recusa de atendimento constitui infração ética e profissional. Aproveitou o momento para destacar a
150 necessidade de fortalecimento permanente da rede intersetorial e da qualificação dos profissionais



Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

151 responsáveis pelo primeiro atendimento aos usuários. A Secretária reconheceu que a rede ainda
152 apresenta fragilidades históricas e afirmou que a atual gestão vem promovendo diversas mudanças
153 estruturais para fortalecer os fluxos de atendimento, revisar legislações municipais e aperfeiçoar a
154 integração entre as políticas públicas. Informou que sua equipe jurídica vem revisando normas e
155 procedimentos internos com o objetivo de conferir maior segurança jurídica às ações desenvolvidas e
156 estabelecer mecanismos mais eficientes de responsabilização em situações de irregularidades
157 envolvendo o atendimento aos usuários. A representante da Secretaria Municipal da Saúde
158 complementou que o fortalecimento da rede depende do conhecimento do território por parte dos
159 profissionais, ressaltando que todos os equipamentos públicos devem atuar de forma integrada,
160 conhecendo os serviços existentes e realizando encaminhamentos corretos, evitando que os usuários
161 percorram diferentes órgãos sem solução para suas demandas. O Presidente relembrou experiências
162 vivenciadas em anos anteriores durante períodos de intenso frio, destacando que somente a atuação
163 articulada entre Assistência Social, Saúde, Polícia Militar e demais órgãos permitiu evitar óbitos de
164 pessoas em situação de rua. Defendeu que toda a rede de proteção deve assumir corresponsabilidade
165 diante das situações emergenciais, afirmando que nenhuma política pública conseguirá enfrentar
166 isoladamente um problema social de tamanha complexidade. A Secretária informou que já iniciou diálogo
167 institucional com o comando da Polícia Militar, reconhecendo que a corporação também enfrenta
168 limitações decorrentes da insuficiência de efetivo. Esclareceu que a segurança das equipes técnicas
169 constitui preocupação permanente da gestão, uma vez que grande parte dos atendimentos ocorre no
170 período noturno e é realizada predominantemente por servidoras mulheres. Explicou que, por esse
171 motivo, as abordagens contam com apoio da equipe da ROMU, responsável por garantir condições
172 mínimas de segurança durante o trabalho de campo. Também destacou que muitos usuários mantêm
173 forte vínculo afetivo com animais de estimação, especialmente cães, circunstância que exige sensibilidade
174 por parte das equipes. Informou que os animais acompanham seus tutores durante o acolhimento
175 institucional, ressaltando que a permanência conjunta favorece a adesão ao atendimento, uma vez que
176 diversos usuários recusariam o acolhimento caso precisassem abandonar seus animais. Relatou, inclusive,
177 episódio ocorrido durante uma abordagem realizada juntamente com a Prefeita Municipal, em que um
178 casal aceitou ser acolhido somente após receber garantia de que seus cães seriam transportados
179 juntamente com eles para a unidade de acolhimento. Segundo a Secretária, situações como essa
180 evidenciam a necessidade de compreender os vínculos afetivos existentes entre os usuários e seus
181 animais, tratando-os como parte integrante da estratégia de cuidado. Encerrando essa etapa da
182 discussão, a Secretária reiterou que o Município está promovendo mudanças profundas na política de
183 atendimento à população em situação de rua, reconhecendo que ajustes ainda serão necessários, mas
184 reforçando que todas as ações vêm sendo conduzidas com responsabilidade, respeito aos direitos
185 humanos e compromisso com a construção de uma política pública efetiva, humanizada e integrada entre
186 as diversas áreas governamentais. Prosseguindo com a discussão acerca da política de atendimento à
187 população em situação de rua, o conselheiro Huan apresentou questionamentos recebidos de
188 trabalhadores da rede socioassistencial, especialmente no que se refere ao atendimento destinado às
189 pessoas migrantes. Relatou que havia recebido informações de que os migrantes deixariam de ser
190 atendidos pelo Centro POP, passando a receber atendimento exclusivamente pela equipe de abordagem
191 social, motivo pelo qual solicitou esclarecimentos à Secretária Municipal de Assistência Social. Em
192 resposta, a Secretária esclareceu que essa informação não procede. Explicou que a equipe do Serviço
193 Especializado em Abordagem Social realiza o primeiro contato com os migrantes, buscando sensibilizá-los
194 para o retorno ao município de origem ou para o acesso aos serviços da rede. Caso o retorno imediato
195 não seja possível, os usuários continuam sendo atendidos normalmente pelo Centro POP, onde recebem
196 alimentação, higiene, acompanhamento técnico e todos os encaminhamentos necessários. Destacou que
197 a equipe do Centro POP possui maior estrutura para realizar contatos com familiares, Secretarias
198 Municipais de Assistência Social de outros municípios, serviços de saúde e demais órgãos da rede,
199 possibilitando a construção de estratégias seguras para o retorno dos usuários às suas cidades de origem.

CAS

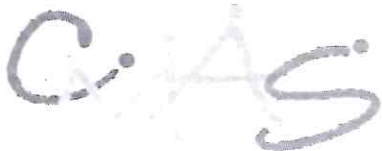
Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

200 A Secretária enfatizou que o Município fornece passagem apenas para retorno ao município de origem
201 do usuário, após confirmação das informações prestadas e contato prévio com familiares ou com a rede
202 socioassistencial do local de destino. Explicou que o objetivo é evitar deslocamentos aleatórios e
203 assegurar que a pessoa efetivamente possua vínculo no município informado, garantindo maior
204 efetividade à utilização dos recursos públicos. Na sequência, o conselheiro Huan registrou que, em
205 reunião anterior, havia manifestado preocupação quanto a relatos de que pessoas acolhidas estariam
206 sendo impedidas de deixar o albergue. Informou, entretanto, que após conversa realizada com a
207 Secretária compreendeu que o episódio decorreu de falha pontual de comunicação entre as equipes
208 envolvidas e a Guarda Municipal (ROMU), situação que já havia sido corrigida. Complementando o
209 esclarecimento, a Secretária explicou que jamais houve intenção de impedir a liberdade dos usuários.
210 Informou que a permanência temporária no acolhimento busca apenas garantir tempo suficiente para
211 organização dos encaminhamentos necessários, especialmente consultas junto aos CAPS, avaliações
212 médicas, elaboração do plano de atendimento e definição dos tratamentos. Destacou que muitos usuários
213 se encontram em processo de abstinência, exigindo acompanhamento constante e ambiente seguro até
214 que possam ser devidamente encaminhados. Ressaltou que o acolhimento conta diariamente com apoio
215 de técnicos de enfermagem da Secretaria Municipal da Saúde e com a presença da equipe da ROMU,
216 considerando que a maior parte das servidoras que atuam no local são mulheres, sendo imprescindível
217 garantir condições adequadas de segurança tanto para os profissionais quanto para os usuários. Na
218 sequência, os conselheiros solicitaram esclarecimentos acerca da implantação da nova unidade destinada
219 ao atendimento da Rede de Atenção Psicossocial, instalada no antigo Abrigo Santo Antônio. A Secretária
220 informou que, inicialmente, será utilizado apenas o pavimento inferior da edificação, já estruturado para
221 funcionamento, permanecendo o pavimento superior destinado ao armazenamento de materiais até
222 definição futura sobre sua utilização. Esclareceu ainda que, apesar da utilização compartilhada do espaço
223 físico, o serviço permanecerá vinculado administrativamente à Secretaria Municipal de Assistência Social,
224 mantendo atuação integrada com a Secretaria Municipal da Saúde. Informou que profissionais das duas
225 políticas públicas atuarão conjuntamente na unidade, preservando as competências legais de cada
226 secretaria e observando todos os procedimentos administrativos necessários. Diversos conselheiros
227 ressaltaram a importância de que alterações envolvendo estrutura dos serviços, mudanças de protocolos,
228 reorganização administrativa ou transferência de equipamentos sejam previamente apresentadas ao
229 Conselho Municipal de Assistência Social, considerando que as deliberações do colegiado geram
230 responsabilidade compartilhada entre gestão e conselheiros. A Secretária reconheceu que algumas
231 mudanças precisaram ser implementadas em caráter emergencial, especialmente diante da intensificação
232 das demandas envolvendo a população em situação de rua e da proximidade do período de inverno, o
233 que impossibilitou planejamento mais amplo antes da execução das medidas. Assegurou, entretanto, que
234 todas as adequações legais necessárias serão providenciadas posteriormente, incluindo revisão de
235 decretos, normativas e demais instrumentos jurídicos, destacando que nenhuma alteração definitiva será
236 mantida sem o devido respaldo legal. Afirmou ainda que tanto ela quanto a Prefeita Municipal possuem
237 plena consciência da responsabilidade administrativa decorrente dessas decisões e que todas as
238 providências legais serão adotadas oportunamente, sem prejuízo da continuidade dos atendimentos. Os
239 conselheiros manifestaram compreensão quanto ao caráter emergencial das medidas adotadas,
240 ressaltando, contudo, que a transparência das informações fortalece a atuação do Conselho enquanto
241 instância de controle social e permite maior segurança aos próprios conselheiros no exercício de suas
242 atribuições. Na continuidade do debate, o Presidente destacou que o problema relacionado à população
243 em situação de rua constitui desafio extremamente complexo e que somente poderá ser enfrentado
244 mediante atuação articulada entre Assistência Social, Saúde, Educação, Segurança Pública, Ministério
245 Público, Poder Judiciário, Ministério do Trabalho e demais instituições integrantes da rede de proteção.
246 Diversos exemplos foram apresentados durante a discussão, demonstrando que muitos usuários possuem
247 histórico profissional consolidado, como pedreiros, caminhoneiros e outros trabalhadores especializados
248 que, em decorrência de dependência química, rompimento dos vínculos familiares ou outros fatores
249 sociais, acabaram vivendo em situação de rua. Os conselheiros ressaltaram que parcela significativa



Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

dessas pessoas possui potencial para reinserção social e profissional, desde que recebam tratamento adequado, acompanhamento contínuo e oportunidades de reintegração ao mercado de trabalho. Também foi debatida a responsabilidade das empresas que recrutam trabalhadores em outros estados e posteriormente os abandonam nos municípios quando ocorre desligamento contratual. Os conselheiros defenderam maior fiscalização por parte dos órgãos competentes, especialmente do Ministério Público do Trabalho, considerando relatos sobre possíveis situações de trabalho análogo à escravidão e abandono de trabalhadores migrantes. Durante o debate, foi destacado que o Ministério Público do Trabalho vem realizando investigações relacionadas ao tema, porém enfrenta dificuldades em razão da escassez de informações consistentes e da resistência de muitos trabalhadores em identificar formalmente as empresas envolvidas, receosos de sofrer represálias. Os conselheiros ressaltaram a importância de fortalecer o encaminhamento de denúncias qualificadas, permitindo maior efetividade às ações fiscalizatórias. Encerrada a pauta referente à população em situação de rua, passou-se ao Item 3 da ordem do dia, referente à apreciação do Parecer do Conselho para celebração do Termo de Responsabilidade destinado ao recebimento de recursos federais para fortalecimento das provisões do Centro de Referência Especializado para População em Situação de Rua – Centro POP. A Secretária Executiva informou que toda a documentação havia sido encaminhada previamente aos conselheiros por meio eletrônico, esclarecendo que o Município possuía prazo legal até o dia 30 do mês corrente para formalização do aceite, razão pela qual a matéria foi incluída em regime de urgência na pauta da reunião. A Secretária de Assistência Social explicou que o recurso será repassado pelo Governo Federal em parcelas mensais de aproximadamente R\$ 10.000,00, totalizando cerca de R\$ 120.000,00 ao longo do período de vigência. Informou que a normativa federal estabelece diversas possibilidades de utilização do recurso, dentre elas aquisição de materiais, manutenção do Centro POP, fortalecimento das atividades de convivência, contratação de serviços e aquisição de passagens destinadas ao retorno voluntário das pessoas em situação de rua aos seus municípios de origem. Esclareceu que, atualmente, uma das maiores despesas do Município refere-se justamente ao custeio das passagens intermunicipais e interestaduais, mencionando que somente no mês anterior os gastos ultrapassaram R\$ 8.000,00, valor integralmente suportado com recursos próprios. Informou ainda que, diante das novas diretrizes nacionais, o Município passou a realizar encaminhamentos para estados mais distantes, inclusive regiões Norte e Nordeste, ampliando significativamente os custos do serviço. Os conselheiros reconheceram a importância do recurso federal, entendendo que, embora insuficiente para cobrir integralmente as despesas do serviço, contribuirá significativamente para reduzir os gastos atualmente suportados exclusivamente pelo Município. **Não havendo manifestações contrárias, o Presidente colocou a matéria em votação, sendo aprovado por unanimidade o parecer favorável ao aceite do recurso federal e à celebração do respectivo Termo de Responsabilidade.** Na sequência passou-se ao Item 4 da pauta, referente ao Termo de Aceite do cofinanciamento federal destinado às ações de resposta em situações de calamidade pública e emergência. A Secretária Executiva esclareceu que o Município poderá receber parcela única no valor aproximado de R\$ 150.000,00, destinada exclusivamente às ações previstas no Plano Municipal de Contingência para Emergências e Calamidade Pública, previamente aprovado pelo Conselho. Durante os esclarecimentos, foi informado que o recurso permanecerá disponível em conta específica e somente poderá ser utilizado mediante decretação formal de emergência ou estado de calamidade pública, observando rigorosamente as finalidades estabelecidas pela legislação federal. Os conselheiros discutiram exemplos de utilização do recurso, mencionando aquisição de colchões, cestas básicas, materiais emergenciais e demais insumos destinados ao atendimento da população afetada por eventos climáticos ou outras situações excepcionais. Foi destacado que experiências anteriores demonstraram a importância de o Município possuir recursos previamente disponíveis para resposta rápida às emergências, evitando demora na assistência às famílias atingidas. Após os esclarecimentos técnicos e sanadas todas as dúvidas apresentadas pelos conselheiros, o **Presidente submeteu também esta matéria à deliberação do plenário, sendo aprovado, por unanimidade, o aceite do recurso federal destinado às ações de enfrentamento às situações de calamidade pública e emergência, autorizando os encaminhamentos administrativos necessários para formalização da adesão junto ao Governo Federal.**



Conselho Municipal de Assistência Social
Secretaria Municipal de Assistência Social

300 Nada mais havendo a se tratar, o presidente José Amarildo Farias encerrou a reunião, e eu Maria Claudia
301 Antunes Willemann, Secretária Executiva lavrei a presente ata que depois de lida e aprovada será
302 arquivada em livro próprio de Atas deste Conselho, na Casa dos Conselhos, situada na Rua Castro Alves,
303 nº 23, Centro, Lages. *Assinatura: Luiz Carlos Pflager*
304 *Anelise L. Hunter, Marjorie Welf; Amilton, Marcos de Brito*
305 *Rafaela Amélia Adams*
306 *Lubiane Nunes, Brunkke A. Leves, Maria A. Guichs,*
307 *Luís Felipe Honcke, Edna M. R. Antunes, L. D. Salimira Vares*
308 *Rafael do S. do S. Reis; Maurício B. Costa*
309 *Flores Roberto Oliveira*
310 *motivos.*
311
312
313
314
315
316

J. Farias

José Amarildo Farias
Presidente do CMAS

